



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Programa da Unidade Curricular
DIREITO CONSTITUCIONAL
Ano Lectivo 2019/2020

1. Unidade Orgânica

Faculdade de Direito (1º Ciclo)

2. Curso

Políticas de Segurança

3. Ciclo de Estudos

1º

4. Unidade Curricular

DIREITO CONSTITUCIONAL (L7012)

5. Área Científica

6. Ano curricular

2º

7. Tipo de Unidade Curricular / Semestre

2º Semestre



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

8. Tipo de aula e carga horária (tempo de trabalho)

Aulas Teóricas:	
Aulas Práticas:	
Aulas Teórico-práticas:	30,00
Orientação Tutorial:	20,00

9. Créditos

6,00

10. Coordenador da Área Científica

11. Regente

Prof. Doutor JOSE ANTONIO MARTINS LUCAS CARDOSO

12. Assistentes

13. Língua de ensino

Português

14. Objectivos Gerais

A unidade curricular de Direito Constitucional tem por objectivo geral dar a conhecer ao aluno os princípios e regras fundamentais contidos na Constituição como norma fundamental da Ordem Jurídica. Os referidos princípios e regras disciplinam (i) a relação jurídica entre o Estado e os seus cidadãos, (ii) a formação, a composição, a competência e o funcionamento dos órgãos do Estado e (iii) determinam a ordem política, económica, social e cultural desta comunidade política.

15. Objectivos Específicos

O aluno deverá familiarizar-se com o conteúdo, as fontes, as normas e os modos de interpretar a Constituição, acompanhando a realidade constitucional portuguesa e o seu percurso histórico. Será especificamente considerada a aproximação sistemática à Constituição de 1976.

16. Competências a adquirir

O aluno deverá, concluída a unidade curricular, saber interpretar e aplicar a Constituição de 1976 (i) quanto aos seus princípios estruturantes, (ii) quanto à formação, à composição, à competência e ao funcionamento dos órgãos do Estado e das Regiões Autónomas, assim como às relações entre estes, (iii) quanto aos actos legislativos e aos actos políticos, respectivos procedimentos de adopção e relações entre os mesmos e (iv) quanto aos mecanismos de garantia da Constituição.



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

17. Metodologia de ensino

O ensino de Direito Constitucional compreende as prelecções do docente sobre os temas do programa da unidade curricular (aulas teóricas), a análise de textos normativos, jurisprudenciais e outros documentos, assim como a resolução de casos práticos com intuito de estimular o manuseamento da Constituição (aulas práticas) e o esclarecimento de dúvidas e aprofundamento da matéria (tutorias).

18. Conteúdos Programáticos



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Parte I

Constitucionalismo e Constituição

1. Constitucionalismo

- 1.1. O movimento constitucional
- 1.2. Configurações específicas de alguns movimentos constitucionais
- 1.3. Súmula da História Constitucional portuguesa
- 1.4. A Constituição da República Portuguesa de 1976: génese e revisões

2. Constituição

- 2.1. Constituição e Direito Constitucional
- 2.2. Constituição, Sociedade e Estado
- 2.3. Constituição e Estado de Direito Democrático
- 2.4. As normas e os princípios constitucionais
- 2.5. A interpretação das normas constitucionais
- 2.6. Classificação de Constituições

Parte II

A Constituição da República Portuguesa de 1976

3. A sistematização e os princípios fundamentais

- 3.1. A sistematização da Constituição da República Portuguesa
- 3.2. Os princípios constitucionais
 - 3.2.1. Quanto à pessoa humana e à sua inserção política e social
 - 3.2.1.1. O princípio da dignidade humana
 - 3.2.1.2. O princípio da liberdade
 - 3.2.1.3. O princípio da solidariedade
 - 3.2.2. Quanto à titularidade e ao exercício do poder político
 - 3.2.2.1. O princípio da soberania nacional
 - 3.2.2.2. O princípio democrático
 - 3.2.2.3. O princípio republicano
 - 3.2.2.4. O princípio do Estado de Direito
 - 3.2.3. Quanto à organização do poder político
 - 3.2.3.1. O Estado unitário
 - 3.2.3.2. O princípio do reconhecimento das autonomias locais e regionais
 - 3.2.3.3. O princípio da subsidiariedade
 - 3.2.4. Quanto às relações internacionais do Estado Português
 - 3.2.4.1. O princípio da integração europeia
 - 3.2.4.2. O princípio da cooperação internacional

4. A organização do poder político

- 4.1. Aspectos gerais sobre o regime constitucional dos órgãos do poder político
- 4.2. Os órgãos de soberania
 - 4.2.1. O Presidente da República



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

- 4.2.2. A Assembleia da República
- 4.2.3. O Governo
- 4.2.4. Os tribunais, em especial o Tribunal Constitucional
- 4.2.5. O sistema de Governo
- 4.3. Outros órgãos do Estado
- 4.4. As Regiões Autónomas
 - 4.4.1. A autonomia política e legislativa regional
 - 4.4.2. Os órgãos de governo próprio das regiões autónomas
 - 4.4.3. O representante da República
- 5. A actividade legislativa do Estado e das regiões autónomas
 - 5.1. A actividade legislativa
 - 5.2. Os princípios constitucionais sobre a produção normativa
 - 5.3. As leis; algumas categorias de leis tipificadas na CRP
 - 5.4. Os decretos-lei
 - 5.5. Os decretos legislativos regionais
 - 5.6. A apreciação parlamentar de decretos-lei e de decretos legislativos regionais
 - 5.7. O procedimento legislativo
 - 5.7.1. O procedimento legislativo parlamentar
 - 5.7.2. O procedimento legislativo governamental
- 6. A actividade política do Estado e das regiões autónomas
 - 6.1. A actividade política
 - 6.2. As eleições para os órgãos de soberania e das regiões autónomas
 - 6.3. Os referendos, nacional e regional
 - 6.4. A auto-organização dos órgãos colegiais: os regimentos
 - 6.5. Os decretos
 - 6.6. As resoluções
 - 6.7. O acompanhamento e o controlo parlamentar da actividade governativa
 - 6.7.1. A apreciação do programa do Governo
 - 6.7.2. A aprovação de moções de censura e de votos de confiança
 - 6.7.3. A apreciação parlamentar de decretos-lei
 - 6.7.4. O acompanhamento, apreciação e pronúncia no âmbito da construção europeia
- 7. A defesa da Constituição: a fiscalização da constitucionalidade e da legalidade
 - 7.1. A fiscalização da constitucionalidade como elemento do sistema de checks and balances
 - 7.2. Os modelos de fiscalização da constitucionalidade.
 - 7.3. A fiscalização da constitucionalidade no Direito Constitucional português
 - 7.4. Os processos de fiscalização da constitucionalidade e da legalidade
 - 7.4.1. A fiscalização preventiva
 - 7.4.2. A fiscalização concreta
 - 7.4.3. A fiscalização abstracta
 - 7.4.4. A fiscalização da inconstitucionalidade por omissão



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

8. A defesa da Constituição: a revisão constitucional

8.1. O poder constituinte: natureza e caracterização

8.2. O poder constituinte e o poder de revisão constitucional

8.3. Os limites à revisão constitucional

8.4. A relevância jurídica dos limites materiais em especial

19. Métodos de Avaliação

A avaliação contínua compreende dois testes de avaliação contínua, com carácter obrigatório por força de regulamento. Contudo, serão incentivados outros modos pelos quais os alunos possam manifestar os seus conhecimentos, como a apresentação oral de temas de pequena dimensão, a realização de debates e a resolução de casos práticos pelos próprios alunos. A obtenção de uma classificação no parâmetro de intervenção oral constitui pressuposto necessário para a obtenção de nota de avaliação contínua.

20. Recursos Didáticos

- 1) Constituição da República Portuguesa;
- 2) CARDOSO, José Lucas; Colectânea de Legislação de Direito Constitucional, Universidade Lusíada Editora, Lisboa, 1.^a edição, 2.^a série, vol. I, Outubro de 2006, 300 p., vol. II, Fevereiro de 2007, 180 pp., e vol. III, incorporada na colecção Textos de Apoio, Série Licenciatura em Direito, sob os n.ºs 49, 50 e 51, respectivamente.
- 3) Utilização da internet para acesso às paginas web da Assembleia da República e do Tribunal Constitucional.

21. Palavras Chave

Estado de Direito democrático
Constituição
Separação de poderes
Lei
Garantia da Constituição



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

23. Bibliografia Principal

Autor(es): J.J. Gomes Canotilho
Título: Direito Constitucional e Teoria da Constituição
Edição: 7.^a Ano: 2003
Local: Coimbra
Editora: Livraria Almedina

Autor(es): Manuel Afonso Vaz
Título: Direito Constitucional e Teoria da Constituição, 2 volumes
Edição: 2.^a Ano: 2015
Local: Porto
Editora: Universidade Católica Editora

Autor(es): Jorge Bacelar Gouveia
Título: Manual de Direito Constitucional, 2 volumes
Edição: 5.^a Ano: 2013
Local: Coimbra
Editora: Livraria Almedina

24. Bibliografia Complementar

Autor(es): J. J. Gomes Canotilho e Vital Moreira
Título: Constituição da República Portuguesa Anotada, 2 volumes
Edição: 4.^a Ano: 2007
Local: Coimbra
Editora: Coimbra Editora

Autor(es): Paulo Otero
Título: Direito Constitucional Português, 2 volumes
Edição: 1.^a Ano: 2010
Local: Coimbra
Editora: Livraria Almedina



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Ficha técnica MIP	
Título	Programa da unidade curricular 'DIREITO CONSTITUCIONAL': Ano Lectivo 2019/2020
Autor	Prof. Doutor JOSE ANTONIO MARTINS LUCAS CARDOSO
Classificação	-
Descritores	-
Colaborador(es)	-
Data/Hora	19-07-2019 19:18:00
Formato de dados	Texto, PDF
Estatuto de utilização	Acesso público
Relação	Versão 1,0
(c) Universidade Lusíada de Lisboa, 2019	